

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DA VISÃO CONSTRUTIVISTA

SILVEIRA, Vera Lucia Lopes¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO/ Campus Cacoal

vera.lucia@ifro.edu.br

Resumo: O Construtivismo não é novidade no âmbito educacional; todavia, persistem muitos equívocos e devaneios com relação à transposição didática dos conteúdos. Este trabalho objetiva a apresentação dos resultados de uma pesquisa cujo enfoque é o ensino de Língua Portuguesa para alunos do ensino fundamental e médio, a partir da visão construtivista. A opção pela pesquisa bibliográfica enfatiza os conceitos relativos ao Construtivismo e a Língua Portuguesa, visando a integração de ambos em prol de uma aprendizagem significativa para o discente em sua carreira acadêmica, profissional e pessoal. Ainda se pretende diagnosticar os atuais conceitos dos alunos e comunidade escolar sobre o estudo desta disciplina através da coleta de dados. Em uma perspectiva construtivista, a prática docente é norteadada pelo conceito de um aluno ativo e participativo. Com os estudos linguísticos sobre a língua materna, houve um equívoco entre docentes, conduzindo a prática didática de um extremo à outro - da tradicional aula de gramática à aula do “vale tudo -” composta por inúmeras estratégias sem reflexão. A eficácia no ensino da língua muito depende da concepção docente com relação à disciplina, visto que a mesma é transmitida aos discentes, de forma consciente ou não.

Palavras-chave: Construtivismo; língua portuguesa; docente; discente.

1. Introdução

A Língua Portuguesa, adotada pelo povo brasileiro como padrão nacional, devido ao processo de colonização de Portugal, constituiu-se em uma disciplina de extrema relevância na grade curricular da Educação Básica e maioria dos cursos de graduação. Apresentando uma carga horária superior a maioria das demais disciplinas, sua efetivação contribui muito para o desenvolvimento dos discentes em outras áreas de conhecimento; contudo, o que se observa é certa aversão à disciplina por parte de muitos alunos e mesmo da sociedade, rotulando os Professores de Língua Portuguesa como meros *fiscais* dos erros gramaticais. O presente trabalho visa abordar o ensino de Língua Portuguesa com o intuito de descobrir exatamente o motivo dessa aversão, a possibilidade de saná-la e a partir de que estratégias seria possível transformar esse sentimento, que afasta os discentes do aprendizado da própria Língua. A pesquisa bibliográfica, realizada com a utilização de livros, teses e artigos, norteia o aprofundamento teórico necessário para esta proposta de trabalho, oferecendo subsídios para a análise reflexiva da temática.

De acordo com Apolinário:

¹ Graduada em Letras/Literatura – UNIR, Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior - UNIOURO, Linguística e Literatura - FAEMA e Metodologia e Didática do ensino de Língua Portuguesa - FAROL. vera.lucia@ifro.edu.br

Basicamente, o pesquisador deve realizar um levantamento bibliográfico aprofundado nos periódicos e em outras fontes fidedignas de informações (livros, documentos, mídias eletrônicas etc), visando, produzir um texto que explicará ao leitor todo o histórico do problema proposto, os contextos teóricos, técnicos e sociais nos quais o problema se insere, bem como os principais conceitos, autores e idéias relacionadas a ele. (2006, p. 80)

Inicialmente é pertinente analisar a conceituação da Língua Portuguesa e do Construtivismo, tendo em vista que este trabalho propõe uma análise desta disciplina a partir da visão que mudou os rumos da educação através do pai da teoria construtivista, Jean Piaget. A Língua Portuguesa como Componente Curricular é conceituada como área de conhecimento responsável pelo desenvolvimento da linguagem em suas diferentes modalidades. Conforme determina os Parâmetros Curriculares Nacionais com relação ao objetivo do ensino da Língua Portuguesa:

Os objetivos de Língua Portuguesa salientam também a necessidade de os cidadãos desenvolverem sua capacidade de compreender textos orais e escritos, de assumir a palavra e produzir textos, em situações de participação social. Ao propor que se ensine aos alunos o uso das diferentes formas de linguagem (oral e escrita), busca-se o desenvolvimento da capacidade de atração construtiva e transformadora. O domínio do diálogo na explicitação, discussão, contraposição e argumentação de idéias é fundamental na aprendizagem da cooperação e no desenvolvimento de atitude de autoconfiança, de capacidade para interagir e de respeito ao outro. A aprendizagem precisa então estar inserida em ações reais de intervenção, a começar pelo âmbito da própria escola. (BRASIL, MEC/SEF, 2001, p. 46)

O contexto atual exige da disciplina Língua Portuguesa uma adequação às necessidades de comunicação da sociedade. Desta forma, o Construtivismo pode contribuir para essa prática que valoriza a formação do cidadão para o exercício da cidadania. Torna-se, portanto, pertinente considerar: em que se baseia a teoria construtivista?

A idéia central afirma que a aprendizagem não é um processo passivo. Contradizendo a concepção inatista, defende o conceito de que não nascemos prontos. O conhecimento é construído a partir de nossas interações com pessoas e objetos, de acordo com nossas possibilidades e interesses. (Piaget, 1996, p. 18). Com a chegada do Construtivismo, houve um grande impacto sobre as concepções teóricas e, conseqüentemente, na prática docente. Ser construtivista passou a significar ser contra o ensino tradicional, baseado apenas em aulas expositivas, repetição e "decoreba". Já que a aprendizagem não é um processo passivo, foi preciso buscar meios de despertar o interesse dos alunos e dar a eles um papel mais ativo e participativo. A verdadeira escola construtivista utiliza novas estratégias, projetos didáticos, resolução de situações-problema, valorização do raciocínio lógico, respeito aos possíveis erros cometidos pelos discentes e utilização dos mesmos para possíveis intervenções, valorização do diálogo e da cooperação na relação professor/aluno. No processo ensino e aprendizagem, o aluno é sujeito ativo e o professor mediador do conhecimento. (Piaget, 1967/1973a: 51-52).

A partir desta visão de valorização do discente como sujeito do próprio conhecimento, como oportunizar o seu desenvolvimento através do ensino da Língua Portuguesa?

2. Língua Portuguesa: histórico da disciplina.

No período colonial do Brasil, as línguas indígenas conviviam com o português e o latim. Contudo, o português era aprendido na escola não como Componente Curricular, mas como instrumento para a alfabetização, que era considerada pré-requisito para aprender o Latim. Este embasava as práticas, no ensino secundário e superior, para o estudo da gramática latina e da retórica. Somente na segunda metade do século XVIII, através das reformas pombalinas, cujo intuito era garantir o poder sobre as colônias, constituiu-se em disciplina a Língua Portuguesa. Torna-se, portanto, obrigatório o seu uso no Brasil e fica proibida a utilização de outras línguas. Porém, o ensino restringe-se a aprender ler e escrever em português, para tornar possível o aprendizado da gramática latina.

De acordo com Soares (2002, p.23) na década de 1970, algumas alterações na disciplina Língua Portuguesa contribuíram para a modernização do ensino: mudança do nome (português para Língua Portuguesa), modificações dos conteúdos e objetivos, e por fim, a ruptura em relação ao ensino tradicional, que se fundamentava no ensino de gramática. Surgem, portanto, discussões acerca da necessidade de estabelecer um conjunto de conhecimentos mínimos obrigatórios a nível nacional. Tal situação gera controvérsias e equívocos quanto à reestruturação curricular da disciplina, devido ao receio dos sistemas estaduais de ensino em perder a sua autonomia, que assegura o atendimento às características regionais. (Silva e Arelano, 1985, p. 35).

Após inúmeras discussões, surgem os Guias Curriculares com o intuito de se tornar referência para o planejamento do professor, sem se constituir em modelos impostos para mera reprodução didática.

A partir da década de 1990, as discussões acerca da educação tomaram novos rumos. A formação escolar para o exercício da cidadania passou a exigir novos conhecimentos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 em seu artigo 32, preconiza como formação básica do cidadão: “I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. Portanto, pode se afirmar que para a pessoa cumprir o seu papel no exercício de seus direitos e deveres na sociedade, se faz necessário que tenha a capacidade de usar a língua de forma adequada para interagir e estabelecer a comunicação. Esta, se realiza de várias formas, como: na leitura, escrita e análise lingüística.

Entre os avanços na educação mais relevantes, encontram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados por especialistas, visando estabelecer um padrão no ensino para o país. Os PCNs do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa inovaram muito a concepção dos conteúdos e objetivos. Enfatizando a necessidade dos discentes desenvolverem competências e habilidades relacionadas a quatro temas básicos: falar, escutar, ler e escrever. A partir deste princípio, torna-se possível a compreensão de textos em seus diferentes gêneros, a produção de textos orais e escritos, a interlocução assumindo o papel de emissor ou receptor em situações diversificadas de interação social. (BRASIL, MEC/SEF, 2001, p. 46).

O foco das aulas de Língua Portuguesa deixou de ser a gramática normativa, para centralizar-se no estudo da linguagem a partir do texto. A Semântica ganhou espaço nos livros e nas escolas, o estudo da Língua Materna passou a ser valorizado e o conhecimento prévio respeitado. Por esta ocasião ocorre a integração da teoria do construtivismo com o ensino da Língua Portuguesa, atendendo melhor as exigências do mundo contemporâneo, onde a linguagem foi ampliada pela globalização e, conseqüentemente, pelo avanço tecnológico que se estabeleceu no país.

Segundo Geraldi (1997, p. 6 e 7), perceber que os sujeitos se constituem pela linguagem significa renovar algumas concepções, ou seja, admitir que:

- a) a língua (no sentido sociolinguístico do termo) não está de antemão pronta, podendo ser reconstruída a cada nova interlocução, na qual os sujeitos se apropriam dela;
- b) não existe sujeito pronto, que entra na interação, mas um sujeito se completando e se construindo nas suas falas, à medida que interagem com os outros.
- c) as interações não se dão fora de um contexto social e histórico mais amplo, na verdade elas se tornam possíveis enquanto acontecimentos singulares, no interior e nos limites de uma determinada formação social, sofrendo as interferências, os controles e as seleções impostas por esta. A interação e a comunicação entre as pessoas constituem a consequência mais visível da linguagem.

Dessa forma, a linguagem possibilita aos sujeitos uma construção significativa no ato da comunicação, deixando de ser apenas *emissores* ou *receptores* de mensagens, para se tornar *formuladores* da linguagem; organizando-a de acordo com o tempo, espaço e outros fatores relevantes para o processo comunicativo, como: com o quê, para quem e por quê se quer expressar?

De acordo com Medeiros:

A língua é um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social, para permitir o exercício da linguagem. É um código, um sistema de signos; é o produto e o instrumento da fala. Reflete as idéias, os comportamentos de uma sociedade, a cultura de um povo (1998, p. 17).

Não podendo ser vista como produto isolado, a língua, não se sustenta por si, como o primeiro conceito utilizado afirma. Antes, a língua é o produto de interação entre os falantes para comunicar em uma diversidade de linguagens, inúmeras mensagens, utilizando de variados discursos para uma multiplicidade de finalidades. Assim o aprendiz da língua deve ser visto como um sujeito construtor de saberes que aborda a Língua Portuguesa enquanto objeto de conhecimento. Durante o processo de aprendizagem, o discente (sujeito) constrói hipóteses sobre esse objeto, visando compreender melhor os elementos de uma sociedade letrada que exige, em grau progressivo, competências linguísticas cada vez mais complexas.

Diante do exposto, é relevante refletir sobre a intencionalidade das aulas de Língua Portuguesa nas escolas. Promovem o aperfeiçoamento da comunicação? Desenvolvem a oralidade e escrita a partir de situações sociocomunicativas? Estimulam o processo interativo na leitura, onde o aluno participa da significação do texto?

3. Diferentes concepções sobre o ensino de Língua Portuguesa.

Após análise minuciosa dos dados coletados pela pesquisa de campo, constatou-se que docentes e discentes possuem o conceito errôneo que a gramática está pronta e imutável, portanto, é indiscutível. Os que compõem o segundo grupo, consideram que estudar a referida disciplina está ligada especificamente a conteúdos de sintaxe, morfologia e ortografia, além da interpretação de textos. Um grupo menor, considera o estudo da língua como leitura e escrita de diferentes textos e aperfeiçoamento da linguagem, com ênfase na oralidade. (tabela em anexo).

Observando o aspecto didático das aulas, foi possível diagnosticar que a disciplina de Língua Portuguesa é estudada de forma expositiva e com auxílio do livro

didático, enfatizando as regras gramaticais, leitura e produção de textos, ditados e análise literária com enfoque nos elementos da narrativa. As atividades muitas vezes, são descontextualizadas, exigindo a memorização e conseqüentemente, gerando aversão nos alunos.

Constatou-se que muitos alunos que afirmam não gostar das aulas de Português, quando questionados sobre o objetivo de estudar esta área de conhecimento, não conseguem atribuir a esta disciplina uma relação de pertinência a sua vida profissional e cotidiana. Tal conceito deve ser intensamente analisado e revisto, porque se trata da forma de comunicação do indivíduo, sua língua, utilizada diariamente em suas interações com o mundo em que está inserido.

Os docentes, por sua vez, não conseguem definir claramente a funcionalidade da língua no âmbito cotidiano do sujeito na sociedade. Restringem a necessidade de estudar a disciplina às habilidades de ler, falar e escrever "bem", isto é, da forma mais próxima da norma padrão. Desconsideram fatores como *adequação da fala, identificação dos registros orais e escritos, interpretação e produção de textos em suas diferentes linguagens e gêneros*; imprescindíveis para o atendimento das exigências atuais.

O fator de grande relevância na visão que o discente terá sobre o ensino de Língua Portuguesa, muito depende da concepção que o seu professor possui sobre a disciplina. Atribuir características como "complexo e difícil" ao aprendizado da língua só contribui para reforçar o distanciamento do aluno e alimenta um mito existente: é impossível aprender português. Nos casos em que os alunos consideraram gratificante estudar português, observou-se que o diferencial está intimamente relacionado à prática docente. O professor percebe o ensino a partir de uma visão construtivista. As aulas são funcionais, tornando-se úteis para a vida fora dos muros da escola, oportunizando ao discente a percepção da relevância e necessidade do conhecimento linguístico.

3.1. Aula de língua portuguesa ou aula de gramática?

Com o construtivismo em ação nos cursos de formação continuada para docentes, nos livros didáticos e nos documentos normativos relativos à educação, idealizava-se uma mudança drástica nas práticas de ensino. Contudo, focalizando a temática em questão, as aulas de Língua Portuguesa ainda estão fundamentadas no Tradicionalismo, caracterizadas pela prioridade à Gramática Normativa. De acordo com Ilari, (1985, p. 113):

Haverá muito que mudar, antes que o ensino de Português possa ser o que deve – um processo no qual o professor e os alunos entre si, se enriquecem reciprocamente compartilhando sua experiência vivida de língua (...). mas a mudança virá daqueles que vivem o ensino, não daqueles que especulam sobre ele.

Atualmente, o conceito de gramática não está claro e para que se estabeleça uma gramática geral contemporânea é imprescindível a definição da palavra gramática, pois as acepções desse termo são variadíssimas, como também as maneiras de concebê-la. Levando em consideração que a gramática se refere à linguagem, pode ser analisada como a ciência da linguagem, oportunizando estudar outros pontos de vista além do gramatical. Todavia, os primeiros estudos lingüísticos foram de ordem gramatical, portanto, a gramática será considerada, provavelmente, como a parte principal da Linguística. (RIBEIRO, 1999. p. 142).

A ampla divulgação de novas concepções sobre o ensino da língua a partir das contribuições da Língua Materna e a variação linguística, apontadas como relevantes para a construção e compreensão da língua; houve uma mudança significativa nas aulas de Língua

Portuguesa, provocando, todavia, um grande equívoco entre docentes: a condução da prática didática de um extremo à outro. A tradicional aula de gramática se transformou na aula do “construtivismo” composta por produção textual sem intervenção, leitura sem objetivo, ausência de correções e utilização de recursos tecnológicos sem planejamento.

A perspectiva construtivista criou um desequilíbrio necessário na prática dos docentes de todas as áreas de conhecimento da educação, contudo, foi preciso desestruturar o que estava há décadas enraizado na prática didática para posteriormente construir uma nova base teórica, com comprovação prática. Surge então o questionamento: ensinar ou não gramática? E, se é pra ensinar, como fazê-lo? Em conformidade com Ribeiro, (1999, p.149) “Reafirmamos que a gramática normativa tem a sua razão de ser. Não se pode prescindir dela, ignorá-la ou jogá-la no lixo em nome do “descobrimento de uma nova teoria linguística”. O que é preciso é saber onde, como, por que e com quem usá-la”.

Linguístas e Gramáticos defendem suas teorias quanto ao ensino de Língua Portuguesa, contudo, o que se deve observar é que ambos os pensamentos estão corretos, desde que equilibrados, o ensino da língua exige um estudo amplo, que permite a exploração da estrutura gramatical, a relação semântica e poética da linguagem.

POSSENTI (1997, p. 17) destaca que “o objetivo da escola é ensinar o dialeto padrão e destaca que qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico.” Ressalta, ainda, que “as razões pelas quais não se aprende, ou se aprende, mas não se usa o dialeto padrão estão relacionadas a valores sociais dominantes e/ou a estratégias escolares discutíveis.” Portanto, defende que a gramática não deve ser prescrita do processo de ensino da língua, conforme aponta:

“Começamos pelo óbvio: se não para ensinar gramática, pelo menos para defender tal ensino, é preciso – ou parece decente que seja assim – saber o que é gramática. Acontece que a noção de gramática é controvertida: nem todos os que se dedicam ao estudo desse aspecto das línguas a definem da mesma maneira.” POSSENTI (1997, p. 17)

Para esse autor, a escola deve priorizar o ensino da forma padrão para a educação formal, sistematizada, sem desmerecer a variação lingüística e a língua materna do discente. Simplesmente não ensinar seria outra forma de preconceito com a língua.

4. Língua Portuguesa: da teoria à prática:

Um dos objetivos deste artigo, conforme exposição inicial, fora contribuir para o aperfeiçoamento da prática docente em relação ao ensino da Língua Portuguesa. Serão elencadas abaixo, algumas estratégias fundamentadas no construtivismo, que poderão oportunizar a melhoria da qualidade das aulas, proporcionando prazer em aprender:

- Avaliação diagnóstica antes de cada novo conteúdo, podendo ser oral ou escrita;
- Ler para os alunos, na presença e ausência deles e com eles;
- Exposição oral com participação dos alunos para questionamentos ou responder a questões pertinentes ao conteúdo exposto;

- Utilização do máximo possível de gêneros textuais, com ênfase na sua função social;
- Visitas à biblioteca e leitura em outros espaços da escola, desmistificando “o local de ler”;
- Trabalho com projetos didáticos, com durações curtas onde o produto final é mais visível;
- Explorar a oralidade dos alunos, organizando seminários, debates, peças teatrais ou sarais de poesia;
- Utilizar filmes para análise da variação linguística, da construção textual (estrutura) e conteúdo literário;
- Utilizar a escrita em diferentes funções sociais, para registro, para estudo, para apreciar, etc;
- Contextualizar o tema, para a produção de textos;
- Ampliar o repertório textual disponibilizando revistas, jornais, livros e folhetos para leituras em pequenos horários vagos durante a aula;
- Avaliar os alunos durante o processo, registrando os casos que mereçam maior atenção para um planejamento de recuperação da aprendizagem;
- Realizar intervenções necessárias, a partir dos erros diagnosticados, que oportunizem a organização da construção do conhecimento;
- Avaliar o aluno no final do processo para verificação da aprendizagem.

5- Considerações Finais:

A Língua é dinâmica e está em constante transformação, contribuindo para o processo de modificação da cultura e sociedade. Os sujeitos possuem o poder de aperfeiçoar a língua em seus processos interativos.

Estudar Língua Portuguesa não é estudar apenas Gramática, tampouco é estudar somente Gêneros Textuais. É buscar um equilíbrio, preparando o aluno para usar sua língua com competência na vida, em todas as situações sociocomunicativas que vivenciará.

Os docentes precisam ter bem definido o conceito da disciplina, seu objetivo e sua composição. A gramática é apenas uma ramificação do estudo da Língua, de grande relevância; contudo, não pode ser considerada com prioridade sobre as demais. Em uma perspectiva construtivista, a prática docente será norteadada pelo conceito de um aluno participativo, ativo no processo, seu conhecimento prévio diagnosticado, sua Língua materna valorizada e a metodologia permitindo a intervenção e avaliação constante no processo de ensino e aprendizagem.

O docente é mediador no processo de ensino e aprendizagem, enquanto o aluno se torna sujeito principal. Porém, não se pode perder o papel fundamental do professor nesta mediação, visto que nem toda pessoa possui as competências e habilidades necessárias para exercer esta função. Para mediar a construção de um conhecimento, se faz pertinente possuir este conhecimento já construído. Além disso, é necessário conhecer e executar uma diversidade de estratégias, adequando-as a diferentes indivíduos, oportunizando que aprendam a partir do que já sabem sobre determinado conteúdo..

Vale ressaltar, que não se pode abandonar uma prática totalmente em prol de outra nova, tendo em vista que tal atitude pode comprometer todo o trabalho e, conseqüentemente, o aprendizado discente. Toda mudança produtiva deve ser progressiva. A teoria só se efetiva com sucesso na prática, quando ela deixa de ser discurso teórico de um autor para se tornar teoria do professor.

6. Referências Bibliográficas

- APOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da ciência. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- BORTONI, Stella Maris Ricardo. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula, São Paulo, 2 ed. 2004.
- CÂMARA, Mattoso. Dicionário de Linguística. 2ª edição. São Paulo: Cultrix, 1977.
- FREUDENBERGER, F.; SIPPERT, L.; ROTTAVA, L.; DRESCH, M.; SANTOS, S. A cultura de ensinar gramática. *Espaços da escola. Ed. da Unijuí, n. 38:13-22, 2000.*
- GERALDI, João W. (org). *O texto na sala de aula.* São Paulo: Ática, 1997.
- ILARI, Rodolfo e GERALDI, João Wanderley. *Semântica.* 10ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2002.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea.* São Paulo: Cultrix, 1976.
- LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica.* São Paulo: Cia. Editora Nacional/Edusp, 1979.
- MEDEIROS, JoãoBosco .Comunicação Escrita: A Moderna Prática de Redação. São. Paulo:Atlas, 1998.
- NEVES, Maria Helena M. *Gramática na escola.* São Paulo: Contexto, 1999.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS:* primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- PIAGET, Jean. *Psicologia e Pedagogia.* (Lindoso, D.A. e da Silva, R.M.R., Trad.). Rio de Janeiro: Forense. (Original publicado em 1969).
- POSSENTI, S. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas: Mercado de Letras, 1997.
- RIBEIRO, O. M. Ensinar ou não gramática na escola – eis a questão. *Linguagem & Ensino*, v. 4, n.1, p. 141-157, 2001.
- SOARES, Magda. *Português na Escola: história de uma disciplina curricular,* São Paulo, Ed. Loyola, 2002.

7. Anexos

PROJETO DE PESQUISA

O Ensino de Língua Portuguesa a partir da Visão Construtivista

Questionário 1

Escola: _____

Cursa o _____ do Ensino Fundamental Cursa o _____ do Ensino Médio

Responda ao questionário a seguir:

1. Qual a disciplina que você mais gosta de estudar? Justifique:
2. Você gosta de estudar Língua Portuguesa? Justifique:
3. Qual o objetivo de estudar Língua Portuguesa?
4. Qual conteúdo você menos aprecia nas aulas de português? Justifique:
5. Quais conteúdos você possui mais dificuldade em aprender?
6. Descreva de forma resumida como são trabalhadas as aulas de português:

Obrigada pela sua participação.

PROJETO DE PESQUISA

O Ensino de Língua Portuguesa a partir da Visão Construtivista

Questionário 2

Escola: _____

Professor: _____

Ensino Fundamental () Ensino Médio ()

Formação : _____

Responda ao questionário a seguir:

1. Qual o objetivo de trabalhar Língua Portuguesa?
2. Você gosta de trabalhar com esta disciplina?
3. Com qual parte do ensino de português você mais se identifica?
4. Descreva quais as atividades mais utilizadas em suas aulas;
5. Deve-se trabalhar gramática na escola? Justifique:
6. Os alunos gostam de estudar Língua Portuguesa? Justifique:
7. Em quais conteúdos eles possuem mais dificuldades?
8. Como você concebe o construtivismo? Justifique:

Obrigada por sua participação.